COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

(CBH-AT)

REUNIÃO ORDINÁRIA

Auditório Eng. Tauzer Garcia Quinderé

(Auditório da Sabesp)

Realizada 20/03/98

Às 15:00Hs

Taquígrafo: *Dartan Gravina*

& 9962- 54 21

457- 2384

Sr. HUGO VINICIUS S. MARQUES Da ROSA

Sr. Secretário de Estado e Secretário Executivo do CBH-AT

Sr. Hugo Marques- Boa tarde, pela nossa pauta o primeiro item da nossa reunião é a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, eu solicito aos srs. dispensarem a leitura porque eu acredito que ela foi distribuída previamente, podemos passar isso em votação. Alguém gostaria de fazer algum comentário em relação a Ata.

Então colocamos em votação a Ata da reunião anterior, os que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários levantem o braço. Está aprovada a Ata.

Eu pediria aos senhores que levantassem a senha na próxima votação, todos os membros tem a senha para que a gente possa identificar.

O item seguinte é a programação geral de atividades para 1998, e eu gostaria de pedir ao Gerôncio que fizesse a apresentação.

Sr.Gerôncio-A gente só queria destacar alguns pontos, e ela é bem simplificada, porque ela foi feita inclusive no início do ano, era mais para destacar alguns blocos de atividades ou eventos que a gente deve incrementar durante o ano o primeiro deles está ligado as atividades dos subcomitês, que até agora são quatro constituídos, e a primeira idéia agora é fazer uma reunião conjunta das Secretarias Executivas e Grupos Executivos dos subcomitês

para concatenar as agendas e fazer uma atividade compatível com a do Comitê em geral. E os subcomitês também já tem suas câmaras técnicas e os subcomitês estão pautados basicamente nesse início de ano na regulamentação de proteção dos mananciais com uma série de atividades e a idéia então é fazer essa integração maior dos subcomitês como próprio Comitê. Resta um subcomitê a ser constituído, o da região Oeste, Pinheiros-Pirapora, e estamos iniciando os contatos com as pessoas da região para a mesma sistemática e o mesmo procedimento, e em processo de talvez dois, três meses, implantar esse último subcomitê que falta. As câmaras técnicas em fevereiro já se reuniram todas elas, e elas são em quatro, uma de Drenagem e Controle de Inundação, uma de Qualidade de Água e Proteção aos Mananciais, a terceira de Quantidade de Água e Racionalização dos Usos e a de Planejamento, hoje temos a propostas de criar a de Saneamento, sendo então em cinco câmaras. Ou seja as câmaras já estão em plena atividade programando os seus assuntos que competem a si durante o ano. E a terceira coisa que o Comitê deve estar começando a tocar é que houve os trinta projetos aprovados no ano passado, e hoje tem novamente a definição de critérios para a autorização dos recursos de 98 e ai dar andamento a todo o processo de recepção de propostas de projetos, classificação, seleção, semelhante ao ano passado com

uma diferença para esse ano, que o prazo limite de todo o processo a ser aprovado até se converter no contrato final é até Junho se não me engano, porque depois a Legislação eleitoral não permitiria tramitar os projetos em andamento que ainda estivessem sendo julgados por um agente técnico. Depois as reuniões dos Comitê são pelo menos trimestrais, essa é a nossa primeira do ano. E a Quinta coisa seria a revisão dos estatutos que ficou pendente o ano passado e não foi possível pautar e seria retomado esse ano, para se organizar uma Comissão para revisão dos estatutos do Comitê. E por último a questão de divulgação e programação de eventos que terá de permanente da Secretaria Executiva do Comitê, é um boletim bimestral permanente que vocês vão receber, e sobre eventos no ano passado houve seminário sobre a Bilings, realizados aqui, e eventos dessa natureza que se pretende programar durante o ano. E por último uma coisa que foi lança da a nível de primeira idéia, não era nem assunto aqui para discussão hoje, mas ele está escrito. Era idéia de se fazer um Congresso Nacional de Comitês, o Estado de SP já tem Comitês tem outros Estados com Comitês instalados, não muitos, então seria uma boa troca de experiência entre esses comitês, por equanto é só idéia.

SECRETÁRIO-Algum comentário ?

Sr.Mário Mantovani-Eu queria colocar dentro das propostas de atividades para 1998, eu já conversei com o Secretario, só não conseguimos ainda o retorno da Secretaria de recursos Hídricos, está sendo proposto em razão de todas as dificuldades que passa a sociedade civil em relação ao FEHIDRO, estamos prensando em fazer uma reunião der todos os representantes da sociedade civil de todos os Comitês e estabelecermos uma estratégia conjunta para podermos romper esses desentendimentos que a Procuradoria Jurídica do Governo está fazendo. E não é possível já que somos Sociedade Civil e podemos assumir a Presidência de um Comitê como eu assumi por dois anos aqui, estamos presentes em todos os Comitê, temos o caráter deliberativo, nomeado pelo mesmo Governo, não é possível que o Governo queira que a gente não possa encaminhar projetos, já que nossas Associações são Constituídas para a Proteção dos Recursos Hídricos, que nos credenciou a vir para cá. Assim a sociedade está aleijada de forma unilateral nesse processo. E queríamos fazer essa reunião também pelo credenciamento das entidades que vão participar os Comitês. E agora, aproveitando eu queria dizer que estamos participando de uma grande discussão Nacional que é o Marco Legal do Terceiro Setor, e temos até o dia 04 de Abril para entregarmos o que é uma Sociedade Civil constituída, qual seu caráter, onde ela pode ir

e o que ela pode fazer. Para que a gente possa garantir um Sábado, um fim de semana para fazer essas atividades.

SECRETÁRIO-Mas esse assunto do FEHIDRO a gente pode tratar quando tratarmos do assunto dele. MAS EU tenho a impressão que hoje já existe uma solução para a Sociedade Civil.

Mário- Mas eu queria colocar isso como uma atividade, ai estaríamos discutindo esse marco legal e o credenciamento das Ong's que depois serviria em muito para o Comitê quando fossemos fazer o credenciamento das entidades que estão participando, sobre os seus estatutos, se ela presta serviço se não presta, como é isso tudo, isso tudo é um samba do crioulo doido que precisa ser qualificado, seria inclusive uma contribuição dos Comitês de bacia que estão dando hoje uma referência para o Brasil, em termos de atividades de participação da Sociedade. Já que somos tripartite e trabalhamos com questões deliberativas, nós já temos um ano, dois anos de estrada muito boa.

SECRETÁRIO-Mais alguém gostaria de fazer algum comentário?

Sr.Virgílio Alcides Faria {MDV- Movimento de Defesa da Vida (ABC) }

Eu acho que esse momento é oportuno, nós temos um problema no ABC na Constituição do subcomitê onde a gente tem entidades credenciadas aqui no Comitê como usuária

de água para uso doméstico e lá está se cadastrando como Entidade Ecológica, isso precisa resolver entre nós para não ficarmos dando cabeçadas.

SECRETÁRIO-Esse assunto sem dúvida pode ser tratada na revisão dos estatutos. Mais alguém? Bom, nós devemos ter ainda esse ano, a elaboração do plano de bacia 2001, 2003, pode parecer cedo mas se imaginarmos na Assembléia Legislativa, iniciarmos a cobrança da água no início do ano 2000, é importante que esse nosso plano tenha um grau de especificidade suficiente que permita se fazer a cobrança, e o nosso plano é muito genérico. E ai para fazer esses estudos certamente vai demandar um tempo maior, a experiência francesa nesse sentido de fazer um plano de bacia e elaborando a cobrança da água, é uma negociação que lá na França demora de quatro a cinco anos. E eles já tem experiências anteriores eles já estão no sétimo plano de bacia, e nós estamos no nosso terceiro, então pensar que se possa fazer isso rapidamente é ilusório, nós temos de discutir os recursos, as necessidades de investimento, a disposição da sociedade, em relação a cobrança, vamos ter ai de voltar ao plano isso é demorado. Outra coisa é que teremos de rever o plano previsto na nova lei de proteção dos mananciais, houve ai um atraso e a nossa expectativa é que ele saia nos próximos dias e saindo ele passará para ser aprovado, e o tempo que a

comissão de bacia terá para discutir o assunto será muito curto. E aliás a gente já poderia deliberar a pauta hoje que era a delegação dos subcomitês de bacia propostas análise do plano emergencial naquilo que se referia ao subcomitê de bacia.

Virgílio- Para quem conhece a nova Lei dos mananciais a nova nas disposições transitórias no artigo 46, dá um prazo de 60 dias, para que o Comitê de bacia apresente a propostas de delimitação das áreas e isso não foi feito. Quer dizer a Lei está sendo desrespeitada pelo próprio Estado, e agora no dia 27 vence o plano emergencial, que são quatro meses e o governo sabia, que o decreto dessa lei teria de sair antes dos prazos vencerem, e até hoje esse decreto não saiu. Antes disso, no início de 97, foi anunciado um plano de ação integrada de apoio a fiscalização o Estado é que anunciou, era um Convênio entre Secretaria do Meio Ambiente e Sabesp, e várias vezes a gente cobrou que esse plano se executasse e até hoje ele continua no papel, quer dizer esse Comitê precisa tomar posição em relação a isso, e o quadro de fiscalização que tinha, diminuiu, eu gostaria que esse Comitê cobrasse aquilo que aprovasse.

SECRETÁRIO-Eu gostaria de passar ao item seguinte, temos uma pauta bastante longa a ser seguida.

Sr.Helder Wuo (GENT- Grupo Ecológico Nascente do Tietê)-Nós solicitamos um assunto de pauta, por

fax no dia 05, que é a locação dos sistema produtor do Alto Tietê, e isso não foi incluído na pauta e eu gostaria de saber se vai ser incluído ou não.

Gerôncio-A convocação para essa reunião, estatutariamente, é feita com trinta dias de antecedência, e essa pauta é referente a isso, e a sua solicitação veio a posteriori, e o que a gente pode fazer atendendo um pouco é deixar para depois da ordem da reunião é deixar alguns assuntos diversos, entre eles o seu, para esclarecimento. Além disso as informações que você solicitou no fax, procuramos obter e colocamos em uma pasta anexa e entregamos para todos os membros do Comitê creio que você tem em mãos.

SECRETÁRIO-Eu só queria lembrar o seguinte, o nosso Comitê é tripartite, se o Comitê tinha de tomar um providência e não tomou, todos temos um terço de responsabilidade, então o Estado assume o seu terço de responsabilidade...

Virgílio- (Risos)

SECRETÁRIO-e de qualquer maneira, essas questões são conduzidas através das Câmaras técnicas. Aliás esse é uma reflexão importante, o que o Comitê realmente faz? Me parece que o fundamental de fazermos é deliberar, sobre propostas que sejam encaminhadas, a delimitação dos mananciais tem de ser preparada previamente por alguém, tem de ser submetida as câmaras técnicas que vão

opinar e ai deliberamos. A regulamentação é de responsabilidade exclusiva do Estado, a delimitação é de responsabilidade conjunta, certo? Eu reconheço que está atrasado, assumo 100% no caso da regulamentação da Lei e 33% no caso do prazo de 60 dias.

Risos.

Podemos passar para o próximo item. O primeiro assunto a deliberar é a criação da Câmara Técnica de Saneamento. A idéia é o seguinte, isso partiu dos Conselhos de Se Recursos Hídricos e Saneamento, eles consideraram que as Leis de Recursos Hídricos e Saneamento criaram mecanismos de gestão dos recursos Recursos Hídricos e Saneamento muito semelhantes, e que previam a criação de Comitê ou Conselhos Regionais por bacia hidrográfica, que é a mesma, imaginamos que seja, e a composição do conselho é a mesma, tripartite, então houve uma deliberação dos dois Conselhos, do estadual de Recursos Hídricos e do Saneamento, de que os Comitê de bacia de recursos hídricos já constituídos assumissem as responsabilidades dos Cresan's, uma vez que criar um Conselho para se fazer uma coisa muito parecida a nossa ia gerar problemas, e também porque tanto os recursos do FEHIDRO como os da cobrança do uso da água, devem ser utilizados tanto no plano

Estadual de Saneamento com o no de recurso Hídricos. Mas para isso a condição foi de que os Comitê de bacia criassem uma Câmara Técnica de Saneamento, para que o setor de Saneamento pudesse ter um espaço próprio dentro do setor de bacias. E a Câmara Técnica tem de ser criada pelos Comitês o que já foi feito em quase todas elas, só não aqui ainda, essa é a propostas feita aos srs. Nós encaminhamos a proposta se os srs. podemos fazer uma apresentação dos seus objetivos.

Gerôncio-A pauta da minuta de deliberação, primeiro se cria a Câmara Técnica, a composição seria por membros deste Comitê ou seus representantes legais indicados e por membros do Conesam ou representantes deles, sendo que no mínimo três representantes de cada segmento façam parte da Câmara, as atribuições são basicamente previstas na Lei de Saneamento adaptadas ao Comitê, e analisaria frente ao Comitê a propostas do plano regional de saneamento por Lei, e fariam a elaboração do relatório anual, que é outro instrumento da Lei de saneamento e articulados com as demais Câmaras Técnicas do Comitê, com vista a compatibilizar programas, planos e programas de saneamento e fazer acompanhamento de programas e projetos de obras, além disso manifestar-se quando provocada sobre assuntos específicos para esclarecimentos do Comitê e se reportaria a Secretaria Executiva

do Comitê, na primeira reunião, se escolhe de comum acordo um Coordenador e um Relator, e por fim, pela deliberação de hoje, teria 15 dias, para que os seus diversos segmentos, inscreverem seus integrantes na Câmara Técnica e se instalaria a Câmara.

SECRETÁRIO-Só gostaria de esclarecer que pela Legislação dos Recursos Hídricos, as Câmaras técnicas não tem poder deliberativo, mas opinam sobre os temas submetidos e são órgãos assessores do Comitê de bacia e exatamente por isso elas não precisam guardar a proporcionabilidade, e aqui estamos apenas então colocando a exigência do número mínimo de representantes de cada segmento. E esse prazo, pode parecer curto, mas, se não pudermos não haverá prejuízo porque a qualquer momento, poderá haver modificações mesmo depois de instalada a Câmara Técnica. Se não houver comentários sobre a propostas vamos submete-la à votação. Os que forem favoráveis a essa proposta permaneçam como estão e os contrários levantem o braço. Está aprovada por unanimidade. Vamos deixar então uma lista na entrada para os que já quiserem fazer a inscrição e quem quiser pode mandar depois por Fax para a Secretaria Executiva.

Passamos ao item 3.2 da Aprovação do Termo de Referência, parece que não é bem um termo de referência é um conjunto de diretrizes, e nosso desejo é que não seja só um

controle de inundações mas que seja um Plano Diretor, e eu gostaria de convidar o Eng. Marcos Palermo que é o Coordenador da Câmara Técnica de Drenagem, para que ele faça a sua exposição, desse trabalho já vem sido desenvolvido a um ano.

Sr.Eng. Marcos Palermo-Bom, o principal problema que temos foi a definição de um conjunto de medidas para a drenagem e controle de inundações na bacia do Alto Tietê, que é um problema conhecido de todos, muito crítico e complexo e que tem sido abordado tradicionalmente da maneira da engenharia exclusivamente, da propagação das cheias é o critério tradicional e a metodologia de trabalho adotada pelos administradores públicos desde que se conhece essa questão. Então nós tivemos essa missão de se envolver com um termo de referência no que se chamou de plano de macro drenagem ou plano de controle de inundações, e a metodologia que nós desenvolvemos, foi inicialmente de convidar especialista e pessoa da área para trazer a sua visão do problema, e em segundo lugar tivemos um concurso na própria câmara técnica de profissionais de altíssimo nível, e com experiência em Administração Pública que nos propiciou um grande auxílio e a partir de uma série de reuniões que tivemos constituímos um documento base do que seria um grande

rascunho, podemos assim dizer, oriundos também de uma pesquisa bibliográfica das instituições que fazem a drenagem, principalmente as Prefeituras como a de São Paulo, do Abc e a Eletropaulo, e que ao longo do tempo constituíram ao longo do tempo um conjunto de idéias que formatamos e a partir daí, começamos a discutir linha por linha e as vezes até palavra por palavra, de tão complexo e polêmico que o assunto era, porque envolve basicamente uma mudança de mentalidade dos técnicos e dos Adm. Públicos, uma mudança a té educacional e cultural, e os últimos detalhes desse documento foi discutido na última terça-feira, e eu trago aqui para os srs. os resultados desse trabalho nosso, e ele muda drasticamente a visão construtiva ou de propagação de onda de cheia que é a visão tão convencional que se tratou essa questão e nós conseguimos introduzir novos conceitos e mais que isso metodologias de propostas para que os conceitos se implementem, para que não se gere apenas mais um Plano Diretor de Obras, e que esteja dissociado da realidade. Bem então esse plano de Macro Drenagem tem por objetivo diminuir progressivamente a frequencia e a intensidade das ocorrências das inundações da bacia do Alto Tietê, esse é o princípio básico que é o primeiro item do documento. O segundo trata do escopo do novo Plano, que as ações deverão ser desenvolvidas pelos Governos Estaduais e

Municipais, com uma escala de prioridades, sequencia, relações de precedência e compra isso é fundamental porque até então as obras de drenagem tem sido absolutamente desvinculadas de um planejamento e uma programação, um determinado custo implanta a cabeceira outro a médio custo uma série de intervenções, que somadas aplicam um grande aporte as cargas pluviais principais, que como sabemos são muito limitadas, as cargas do rio Tietê, nós temos na cabeceira do rio Tietê pouca capacidade de veiculação de vazão. Por outro lado hoje a carga do Tietê está em seu limite de capacidade, porque agora o Estado está investindo centenas de milhões de dólares na ampliação das cargas do rio Tietê até o limite que é o máximo suportável, então não haverá mais oportunidades para outras obras dessa natureza, e se não houver medidas integradas e principalmente organizadas, haverá fatalmente um prejuízo muito grande, porque projeto do rio Tietê terá um risco muito grande de impacto, muito maior do que o previsto e portanto a vida útil da ora será muito menor e por outro lado não haverá solução. Então os órgãos responsáveis pelas ações deverão estar integrados dessa forma, nas suas condições que deverão ser viabilizadas e serem constituías propostas do plano, ou seja, não adianta propor planos para o setor de obras precisamos propor meios de alteração institucional e também de rateio de recursos e

de pagamento para que não só as obras a serem executadas ou as que serão para que haja um enlace ou uma articulação institucional, e econômico, jurídico para que se possa dar condições para que isso seja implantado senão não adianta nada, como não adianta a gente reprimir muito a questão da ocupação e uso do solo e os Municípios ficarem totalmente asfixiadas e sem compensações com isso, está certo? Precisamos criar incentivos para a permeabilização das áreas, isso não resultaria em nada.

E no capítulo três do documento trata da Estratégia do Plano, que deve ter um caráter de referencial técnico compreensível, ou seja o melhor possível em termos de referência em quesitos técnicos e desenvolvimento que se possa alcançar e ele não pode ser um plano fechado, desenvolvido exclusivamente por técnicos senão estará condenado a ir para a prateleira como todos os outros, isso é fundamental para o seu sucesso. A contenção de valor de despesa deve ser uma premissa fundamental, ou seja a transferência das cheias não pode mais ser assumidas até por uma impossibilidade física, a carga do Tietê não comporta mais nada, hoje estaríamos de estar realizando a última intervenção possível no Tietê quer dizer é uma política inversa aquela da habitual. Os outros produtos da água estarão associados ao plano, não se

pode desconsiderar o plano aos demais usos da água sem o que ele não terá a força necessária para a sua efetivação. O capítulo quarto contempla os princípios e as diretrizes propriamente dita da nova política de controle de inundações da bacia do Alto Tietê, que envolve basicamente uma ação articulada, nas três instâncias, e os órgãos intervenientes com ao drenagem, a micro e a macro, a proteção de águas, principalmente várzeas e mananciais, a operação de obras hidráulicas de maneira muito transparente que seja a melhor possível, a informação para gestão, o sistema de informação hidro meteorológica compatível com a necessidade e as dimensões dos problemas da bacia do Alto são fundamental. O Capítulo cinco trata das metas de municiação do plano, as principais são as de produção e disponibilidade de informações básicas, nós precisamos aprimorar a rede hidro meteorológica o plano precisa interferir até nisso hoje porque a base de dados evidentemente não sofreu um aprimoramento compatível com a evolução urbana que se processou, os de hoje ainda são da década de 80 e isso é absolutamente inadmissível, e não houve essa evolução. Identificação de ações prioritárias nas subbacias, para cada uma delas quais serão as ações que serão tomadas, do ponto de vista estrutural e não estrutural, a proteção de áreas em pontos estratégicos e os sistema de acompanhamento e revisão do plano precisa

ser algo permanente também, porque ele e as intervenções são dinâmicas e o capítulo seis também versa sobre os temas que serão articuladas com as metas de iniciação do plano, e quais seriam esses temas ? Operação e manutenção do controle dos sistema de inundações, e ele é complexo que envolve aspectos desde particularidades com a micro drenagem, que em alguns casos está com problemas muito sérios, que foi o que aconteceu no Anhangabaú, até problemas de grande escala de reversão da bacia como na bacia do Rio Pinheiros, e a operação dessas obras hidráulicas que tivemos, o sistema é realizado a muitos anos mas que vem tendo sua capacidade aumentada, mas que conceitualmente é o mesmo desde sua origem, e esse sistema é até difícil de entendimento a maior parte do engenheiros não sabe como se operam as cheias no Alto do Tietê, e isso precisa ser bem esclarecido até por favorecimento das ações do Governo e dos olhos críticos, que muitas vezes nos são imputadas responsabilidades erroneamente, até por falta de divulgação das informações, hoje com a divulgação de dados instantâneos isso não é admissível.

E as ações alternativas de retenção de águas pluviais esse é um dos temas que serão articulados com as demais metas de linha de ação, e isso passa evidentemente por planos de contingência específico que são muito

complicados em uma cidade como essa, onde há necessidade de articular rede de transportes, rede de acionamento de todo o tipo, socorro, tudo o que há de mais crítico de transporte público e comunicação precisariam estar articulados para os episódios críticos que nunca deixarão de ocorrer, SP sofre inundações a séculos e nunca vai deixar de sofrer, pela própria natureza geológica da bacia. A questão do uso e ocupação do solo é outro aspecto importantíssimo, que está legado ao termo de referência, as obras em curso principalmente considerando que é o limite de carga do rio Tietê, da mesma forma as obras de micro drenagem das diversas municipalidades que na maior parte das vezes são executadas sem uma adequada integração das obras de macro drenagem, quando são executadas, as interfaces com Saneamento e a Qualidade da água, também são para ser destacados e finalmente o aspecto político constitucionais, econômicos financeiros exatamente para poder viabilizar a implantação do plano de controle de inundações. O capítulo final coloca as recomendações para contratação do plano, e o ideal segundo essa complexidade, que não se contrate um pacote que se receba a um ano, ou dois anos, um conjunto de cincoenta volumes que não terá absolutamente muito efeito prático, esse foi um princípio que cada etapa considerada fundamental do plano de controle de

inundações fosse objeto de uma contratação específica e que no final dessa etapa de trabalho, seria possível determinar com melhor precisão quais seriam os produtos a serem obtidos e perseguidos nas etapas seguintes, ou seja o plano não deve ser fechado, a ser contratado em um único pacote gerando algo que nem sempre estaria sujeito a ter um efetivo aproveitamento para a sociedade, e nós também recomendamos que ele seja acompanhado de atualizações, e que comitê com a participação da sociedade civil, dos membros técnicos, das associações de classe, profissionais, da comunidade mesmo, que são vários, é necessário que haja engajamento da parte deles também para que consigamos elaborar e estabelecer um plano de sucesso, e esses são os princípios gerais, os srs. tem todo o documento proposto para a sua leitura e caso haja necessidade me coloco a disposição para qualquer esclarecimento, muito obrigado.

Gerôncio-Um esclarecimento complementar, foi distribuido o Plano a todos e um item na página 11 o item 6, foi substituido por essa parte que os srs. receberam hoje na pasta.

Helder- Esse plano inclui o Municípios de Mogi das Cruzes? A ênfase é dado a cidade de SP. É que eu quero caracterizar que as vezes lá na cabeceira não somos contemplados com os planos e na hora de sair os recursos eles se concentram mais na cidade de SP.

SECRETÁRIO-É um plano Diretor de macro drenagem para a bacia do Alto Tietê, que praticamente coincide com a Região Metropolitana, o objetivo é tratar a bacia como um todo em uma visão integrada, e isso não são as obras, as obras para depois serem executadas são outro equacionamento, aqui o objetivo é compatibilizar as intervenções, nesse momento na Região Metropolitana temos casos de Municípios que estão organizando obras que estão prejudicando outros Municípios, e as vezes até o próprio Municípios em outro local.

Vírgilio- Alguém da Câmara Técnica poderia dar uma explicação sobre essa emenda?

SECRETÁRIO-Eu pediria ao Eng. Marcos que explicasse, porque essa substituição foi feita hoje.

Marcos- Bom, nos realizamos reuniões praticamente o ano inteiro, e em uma última reunião estabelecemos uma meta para nós mesmos de entregar a Secretaria Executiva esse documento, e faltava uma parte que era praticamente uma questão de interpretação de texto, do capítulo, e resolvemos então como não era uma alteração de conteúdo, enviar para cumprir o nosso prazo, e oportunamente discutiríamos em uma reunião aquela parte que faltava, e concluímos na primeira reunião que foi nessa semana, simplesmente por isso, está certo?

Gerôncio-Quando a gente usa aqui o Termo de referência na verdade ele é um conjunto de Diretrizes que não chega ainda a um grau de detalhes que deveria ter um Termo de Referência.

Marcos- É que Termo de Referência, estaria vinculado a um formato de um edital, são diretrizes para elaboração de um Termo de Referência, o Termo vai gerar um edital de concorrência, que alguma Instituição vai contratar, mas que essas diretrizes fatalmente vão ser incorporada na sua integralidade, e o Edital tem em seu anexo o Termo de Referência, nós não adotamos essa terminologia para não confundir.

Sr. Bonfiglio Alves Ferreira (Cons. Comum. De Saúde de Franco da Rocha)-Eu participei de várias reuniões da Câmara Técnica e realmente foi um trabalho bastante árduo chegar onde nós chegamos, nessa questão do Marcos, e agora vemos isso representado no Plano Diretor e daí começar a equacionar de verdade as inundações e etc. A minha questão é mais ou menos como a do Helder, a região do Norte da Cantareira é uma região quase esquecida pelos sucessivos governos estaduais, e lá temos Municípios que tem situações críticas de inundação e outros que estão se encaminhando para isso. Eu acho que fica claro no plano a necessidade de priorizar as ações das subbacias, e eu iria mais longe, para essas regiões de problemas bastante graves e

tão esquecidas em termos de investimentos, e lá os Municípios praticamente não dispõe de recursos, eu proporia que no Termo de Referência se incluisse e explicitasse também a priorização dos investimentos nas subcomitê regiões com significativos deficites de investimento nessa área de controle e combate as inundações, não só nos subcomitê bacias, mas nas com significativos deficites de investimentos e com problemas cada vez mais agravados pela falta de intervenção do setor público.

SECRETÁRIO-Eu acho que a gente talvez devesse colocar alguma coisa do tipo, que ao se estabelecer a sequencia das priorizações, fosse levado em conta o impacto social, da enchentes. Porque o problema de déficite o problema social já engloba, porque as vezes em uma região pode se investir pouco porque ela é pequena, investir-se pouco não significa que a necessidade seja grande, então deveria se colocar as prioridades de uma forma melhor.

Aproveitando para esclarecer, a região da bacia do Juqueri não está esquecida, ela é a segunda região que a lei priorizou, e o Daee parece que está concluindo um estudo de contenção na bacia aos moldes do que foi feito para o Abc, e havendo recursos eu acredito que pode esse iniciar as intervenções em um futuro próximo.

E ilustrando o que disse o Eng. Nesse momento temos lá uma obra, que até com recursos do Estado, e houve uma notificação da Prefeitura de Caieiras que essa obra vai gerar um agravamento das enchentes de Caieiras e por conta disso o Daee notificou a Prefeitura de Franco da Rocha do agravamento. Então o que acontece é que se não se fizer essas intervenções de uma forma integrada, vamos só transferir enchentes de um lugar para o outro.

ENG. JOSÉ SIMÃO-O Próprio estudo que o Daee efetuou e está aprimorando é na linha da base de contenção, similar ao que está sendo proposto no Abc, e o nosso colega Palermo já abordou as diretrizes do Plano de Macro drenagem não podem seguir as linhas tradicionais de simplesmente uma canalização que vá propagando maiores vazões para áreas vizinhas, no caso da região, de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras etc, se não houver essa abordagem conjunta, não será possível controlar adequadamente essas inundações, portanto o Daee previu inicialmente 20 bacia de detenção na cabeceira da bacia do Juquiri, envolvendo os Municípios de Francisco Morato e Franco da Rocha, para que haja um decréscimo na vazão de cheia centenária na altura de Caieiras na ordem de 50%, e o Know-How adquirido pelo Daee de quatro reservatórios no grande Abc mais dois em fase inicial, vem

aprimorando a conceituação dos projetos desses reservatórios, e esse Know-How adquirido vai ser transferido para esse estudo inicial de Franco da Rocha e entendemos que é a solução mais adequada para controles de cheia da região. E o trabalho vai receber toda a incorporação agora, nos seis primeiros reservatórios de detenção da bacia do Tamanduatei, e essa revisão propiciara então a alocação de recursos para que depois haja uma ampla discussão com os Municípios envolvidos e aliás já houve uma primeira, ai poderá ser encaminhado para uma execução.

Eng. DARCI-Eu queria reforçar um assunto que o Eng. Palermo explicitou ai, foi-se notado que exigia a presença de profissionais na Câmara Técnica que não tínhamos, nenhum de nós na realidade é profissional do ramo, e para fazer a estrutura desse projeto que é o verdadeiro projeto e discutir no Comitê seria impossível, mas as recomendações eram de um entendimento geral e foi o que foi feito. E agora eu gostaria de solicitar que a Câmara Técnica realmente acompanhasse o desenvolvimento do termo de referência, para verificar se a estrutura analítica, vai atender essa premência, porque é muito comum começarmos esse tipo de trabalho com uma discussão muito longa, é não damos valor a uma estrutura analítica em poucas páginas que englobe todo o projeto, não temos esse

hábito mas é muito importante aprendermos a realizar isso, o que antecede ao preparo do trabalho é a preparo da estrutura analítica.

Virgílio- Eu estava vendo a propostas da página 11 do original, que foi feita pela Câmara Técnica e é uma diferença quilométrica, eu acho que essa segunda propostas ela deve ter sido feita de forma interdisciplinar e a primeira parece uma propostas da Eletropaulo. E queria elogiar essa segunda proposta e que concordamos com ela, e dizer que nos dias de carnaval e recentemente houve duas mortes bestas na represa Biling's por conta desse famigerado bombeamento para controle de inundações, nos ambientalistas, remos o entendimento de que aquelas cinco resoluções conjuntas apenas uma a gente fecha os olhos porque é Inconstitucional, A Constituição estadual em seu artigo 46 nas disposições transitórias não define condições para bombeamento, define prazos de três anos que passaram para o governo Estadual e Municípios se prepararam para parar de jogar esgoto no reservatório, isso até hoje não foi feito, o problema de enchente é grave, e não temos o controle de que o que está sendo bombeado está sendo necessário bombear, de repente nos dias de carnaval a Bilings subiu quase um metro e não houve tanta chuva sobretudo na bacia e eu pedi informações ao Secretario de Recursos Hídricos, nosso colega de Comitê Hugo M. Rosa e até hoje não recebi faz quase um mês,

nenhuma informação, e cabe a qualquer cidadão obter informações e eu não obtive respostas, como quantas horas de bombeamento houve, quanto foi bombeado, para a gente checar, já reivindiquei uma vez e vou reivindicar novamente, eu quero acesso ao sistema operacional de controle quero ir lá conhecer, espera-se isso de um governo meio democrático.

SECRETÁRIO-Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra. Bom, embora isso não seja o que estamos discutindo aqui, no Plano de Referência, a minha sugestão é que na Câmara Técnica de controle de enchente, fazer-se uma disposição de como funciona e como se aciona o bombeamento, qual o critério, como é definido e se for o caso de fazermos uma visita ao local para verificar. Mas foram feitos estudos para se verificar quais as condições de acionamento, para quem não sabe existe uma lógica no rio Pinheiros, que foi criado quando da construção do sistema Pinheiros Bilings, e quando há chuvas acima de uma certa intensidade quase que obrigatóriamente temos que acionar o bombeamento, porque ? Primeiro porque as marginais do Pinheiros em seu trecho inferior são mais baixas que as marginais do Rio Tietê e se não isolarmos um rio do outro, o que acontece é que mesmo sem o Tietê transbordar entra dentro do Pinheiros e inunda as marginais do Pinheiros, naquele trecho

próximo ao Seasa próximo a confluência do cebolão dá cerca de um metro abaixo do Tietê, se não isolarmos acontece isso, e para isso existe a barragem do Retiro e quando a vasão do Tietê chega a um certo montante a barragem do Retiro é fechada e quando ela fecha obrigatóriamente temos de acionar o bombeamento, porque temos chuvas, vazões de até 400 M3/Segundo no Rio Pinheiros, só que o canal inferior só suporta 120 M3/Segundo, na Elevatória de traição as bombas instaladas não são reversíveis, e a vasão possível do canal superior para o inferior é de apenas 30 M3/segundo, e se quisermos fazer o Tietê seguir o seu curso natural, a vazão máxima de Traição é de 30, então forçosamente temos de bombear, primeiro fechar o Retiro e segundo bombear do inferior para o superior, e depois do superior somos obrigados a jogar na Bilings que não tem como acumular água no superior. Agora , em que momento exatamente se aciona o sistema, foi feito um estudo e isso poderia se discutir na Câmara Técnica de Drenagem, solicitando aos técnicos que fizessem uma apresentação de como é feito esse acionamento, em que momento é tomado essa decisão. E porque não mudar para uma resolução conjunta, porque nunca sabemos em que momento tem de ser acionado, pode ser a qualquer hora, se depender do Secretaria ele pode estar viajando, pode não ser localizado no momento, esse processo anterior era de alto

risco, e se tinha de acionar era acionado mesmo sem a autorização do Secretario, foi feita a modificação para atender a realidade, e isso tem de ser feito automaticamente não pode depender de ninguém para ser encontrado. E desde já posso garantir que os membros do Comitê possam visitar a Instalação de Pedreira para verificar como isso é feito, com respeito a essa solicitação eu recebi e encaminhei para os órgãos competentes, e não tive retorno mas me comprometo a ir atrás para dar o retorno o mais rápido possível. Agora o seguinte, mortalidade não é só por conta do reservatório de Pedreira, nesse monitoramento que fizemos na Bilings constatamos que muitas vezes, temos que a qualidade de água dos braço é pior que a qualidade do corpo central, então quando temos chuvas fortes a descarga nos próprios braços também é importante, temos então problemas sérios de poluição gerada dentro da própria bacia.

Darci- Há possibilidades de se transferir o canal superior para o inferior, uma única bomba poderia fazer isso?

SECRETÁRIO-Não é vasão natural. As bombas não são reversíveis.

Darci- Mesmo se fosse reversível não poderia porque um vertedor tem de funcionar naturalmente não se pode contar com uma bomba ou turbina, em uma emergência e emergência de

cheia tem precedência de cheia sobre o equipamento.

SECRETÁRIO-Não havendo mais ninguém escrito acho que a única emenda na proposta é do Bonflglio, podemos passar para a votação. Primeiro da forma em que ele foi apresentado.

Participante-Tem várias pessoas sugerindo uma redação melhor para esse Termo de Referência, não sei se é o caso de se fazer isso nesse caso e momento, eu estaria propondo a possibilidade de se fazer uma outra rodada para deliberar, eu não vejo um ambiente propício para se discutir detalhes, tem uns aspectos que pressupõem uma visão um pouco mais dirigida para uns aspectos, mas o sistema existe e está lá e tem uma série de afirmações no Termo de Referência que leva a simples desconsideração da existência disso, e propõe que se desenvolva outra nova regras operativas, que aliás é uma palavra fácil de se falar e difícil de se concretizar, que não é tão simples, eu acho que caberia um pouco mais de discussão de alguns aspectos colocados para se verificar melhor.

SECRETÁRIO-Esse tema foi discutido durante um ano na Câmara Técnica de Macro Drenagem, teve a participação de todos os interessados, inclusive eu vou pedir a você que acompanhasse o trabalho e fizesse uma análise crítica, está aqui o Diretor do Centro Tecnológico Hidráulico, essa discussão é sem fim, agora aqui não é o Termo de Referência definitivo, é um conjunto

de diretrizes, são recomendações, e ai quando se recomenda, e é claro que se fizer estudos profundos e se concluir que a regra atual é melhor não vai mudar só por ter uma nova, o que imagina na nova regra é um estudo e faça uma revisão, é isso. Até porque essas regeras operacionais são dinâmicas tendo de ser vistas e revistas de tempos em tempos, a gente tem de entender essas coisas como diretriz e não que tem que obrigatóriamente muda-se a anterior, desculpa mas temos de votar, na próxima reunião vamos continuar com diversas dúvidas ainda.

Participante-Os órgãos do Estado que participaram a Sociedade Civil, que trabalhou na Câmara Técnica e saiu com o Termo como recomendação, a gente pode tranquilamente encaminhar para votação e aprovação enquanto como recomendação.

SECRETÁRIO-Ele certamente pode ser melhorado, mas ele foi o melhor que conseguimos produzir, se tivermos mais seis meses teremos outro texto também sujeito a alterações.

Ele é um termo como recomendação ainda não está de fato sujeito a aprovação, e ai uma coisa importante é saber como o Comitê deseja acompanhar esse processo, em que momentos o Comitê vai deliberar. Então colocando em votação, e se a gente constatar que há algo errado que em uma próxima reunião de bacia apresente a propostas para alteração, tudo o que é

aprovado em uma reunião pode ser alterado na próxima nada é definitivo. O texto básico, os que forem favoráveis na forma como foi proposto inclusive com a emenda que foi apresentada pela Câmara Técnica permaneçam como estão e os contrários levante o braço.

Então aprovado com um voto em contrário.

Eu só gostaria de dizer como nós pretendemos conduzir essa questão, temos o problema de como contratar isso, com que recurso, e a tese que estamos defendendo é a seguinte, no financiamento Japonês, tem um objeto contratual e tem recursos para obras e para consultoria, e ai então a obra do rebaixamento da calha faz parte desse financiamento japonês, nos parece óbvio que para que essa obra se perenize é necessário um conjunto de intervenções em toda a bacia, e isso, tem de estar submetido a um estudo a um plano que é este Plano Diretor de Macro Drenagem, então entendemos que ele é parte integrante da Obra de rebaixamento da Calha, sem esse plano a Obra da calha vai fica rapidamente obsoleta, é preciso que isso seja feito. O projeto de rebaixamento da calha é feito em uma série de hipóteses, e uma das coisas que temos de garantir é que a vazão dos afluentes do Rio Tietê não continuem aumentando indefinidamente senão a obra fica obsoleto rapidamente. Quando o projeto foi elaborado em 1986 tinha-se um certo horizonte, só que já

temos doze anos, e uma parte daquele horizonte foi-se embora, e em consequência esta se fazendo em um ritmo mais lento do que era feito no passado mas isso continua, e se não mudarmos nossa visão sobre drenagem essa obra de Rebaixamento da Calha fica obsoleta, então nosso objetivo é utilizar o financiamento Japonês para financiar esse projeto, e estamos dependendo de aprovação de aceitação dessa tese, e conseguindo damos início imediato a concorrência.

A primeira coisa seria fazer um termo de referência ou com técnicos do Estado ou licitar o Termo de Referência, talvez a gente tenha de licitar, ou fazer o Termo de outra maneira para aproveitar algum corpo técnico ou um contrato desfeito e em seguida sendo aprovado passar para a etapa seguinte.

Bem o item 3 é o critério geral de destinação dos recursos financeiros adquiridos em 98. Antes, eu queria fazer um esclarecimento sobre os recursos anteriores. Bem desculpe, o Bonfiglio tinha feito uma proposta, vamos colocar em votação de que ao ser estabelecido as prioridades e as sequências de intervenções do plano, seja levado em conta os impactos sociais das enchentes, os que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários levante os braço.

Aprovado.

Então, agora como ficam os recursos anteriores de fundo perdido. Nós tinhamos dois problemas para a aplicações dos recursos anteriores aprovados, o primeiro era do fundo perdido, havia uma limitação de que eles só poderiam ser até 20% do total, isso era uma deliberação do COFEHIDRO e ele em sua última reunião mudou isso, porque iisso era uma interpretação do que estava na lei dos recursos hídricos, que diziam que os recursos seriam aplicados preferencialmente na modalidade de empréstimo, e o COFEHIDRO traduziu preferencialmente por 80% empréstimo e 20% Fundo perdido, mas preferencial não quer dizer isso, quer dizer que são apresentados dois projetos, concorrentes, um é Fundo Perdido e o outro é Modalidade de empréstimo, e a modalidade de empréstimo tem preferência, é isso. Se não tiver nenhum na modalidade empréstimo pode ser 100% a Fundo Perdido. Então o COFEHIDRO retirou a exigência dos 20% para não ter limite, que são os 100% que podem ser aplicados a Fundo perdido, porém existe algumas condições para ser atendido para ser aprovado em Fundo Perdido, por exemplo tem Órgãos do Estado que obrigatóriamente tem de ser a Fundo Perdido. Porque o estado não pode empestar para o próprio estado, Municípios podem solicitar o recurso a Fundo Perdido, cuja arrecadação per capta seja inferior a média do Estado, a imensa maioria é inferior, porque os grandes Municípios que tem

arrecadação é superior a média puxam para cima, com a média ponderada a maioria dos Municípios tem a média inferior a média, mas mesmo assim, tem também por exemplo a exigência de que a aplicação não gere receita, por exemplo, se ele servir para uma rede de água, e ela vai gerar receita, então não dá, tem que ser na modalidade de empréstimo, e se for em projeto de educação ambiental, que não gera receita pode ser a fundo perdido, enfim tem algumas regras, mas é mais fácil agora de enquadrar, e o que foi apresentado no ano passado o Gerôncio está dizendo que pode vir como Fundo Perdido, só que, vamos ter que tomar uma deliberação aqui, porque a regra lá era a regra de 20% vigente, todos aqueles projetos precisam se enquadrar para ser como Fundo Perdido e temos de decidir isso aqui e podemos começar por isso. Então submeto a apreciação dos srs. que aqueles projetos que nós aprovamos o ano passado no FEHUDRO se enquadrarem na resolução do CONFEHUDRO para fundo perdido, que possam ser financiados a Fundo Perdido.

Vírgilio- Esclarecimento. Os projetos não são só do ano passado, são de 94, 95, 96, 97 pelo o que sei nunca saíram os recursos, todo ano a gente vem e delibera sobre os projetos e o recurso não sai, nos do Movimento apresentamos em 96, que não foi possível por conta de a Ong não poder.

SECRETÁRIO-Os de 96 foram aprovados em 97.

Virgílio- Não.

SECRETÁRIO-No ano de 94 houve uma deliberação que a totalidade dos recursos fosse para a bacia de Piracicaba não tem.

Gerôncio-A primeira leva de projetos aprovados, foi no final de 96, entre eles havia um do MDV, aprovado a Fundo Perdido, em 40 mil reais, que não pode prosseguir por causa das restrições que na época eram interpretadas pelo decreto, não só dele como de qualquer órgão que ali pleiteasse, então ficou retido. Mas nem todos eram Fundo Perdido tinha um da Sabesp que era de Financiamento que foi também aprovado no final de 96 para a Bacia do Juqueri. O que o Secretário diz é especificamente sobre os trinta projetos do ano passado, porque os outros já estavam embicados o MDV era Fundo perdido e continua sendo.

SECRETÁRIO-E depois do recurso de 94 para a bacia de Piracicaba, e como já estava muito atrasado de 95 foi juntado ao de 96 e o 95-96 foi uma aprovação só, e depois temos o de 97. Só que quando aprovamos não havia uma limitação do recurso a Fundo perdido e só aprovamos dentro daquela limitação, o que está sendo proposto é que todos os projetos aprovados anteriormente onde o proponente deseje os recursos a Fundo Perdido, possa ser feito a Fundo desde que enquadre na resolução do

CONFEHIDRIO, então umas das coisas que fizeram emperrar foi esse 20% que agora está superada.

Participante-Essa resolução não retroage para entendimentos anteriores ?

SECRETÁRIO-Então a propostas está sendo feita agora. Espera, havia sido estabelecido um prazo para que os projetos que não fossem apresentados ou contratados até um certo prazo, caducavam e passavam a consumir verba do ano seguinte, nós demos um prazo para assinatura dos contratos 95 e 96, se não fosse cumpridos ficava cancelado o recurso era transferido para o orçamento de 97 e o projeto passava a ser projeto de 97, isso foi feito.

E a resolução do CONFEHIDRO foi para 97 ela vale para o orçamento de 97, mas precisamos de qualquer maneira precisamos examinar essa questão.

Sra. Rispah-Eu tenho um projeto de 96 de Itapecerica da Serra que ainda está em análise e não consta dessa relação de 97, então ele não foi aprovado, e uma outra questão ele ainda não está aprovado e ele é de 96, está em processo de análise.

Gerôncio-Os do ano passado também não foram aprovados, estamos dizendo os que foram indicado pelo Comitê.

Rispah- Então, ele foi indicado, está em análise porém não consta nessa relação como um que seja analisado.

Gerôncio-É que essa relação é de 97 na deliberação de 97.

Rispah- O que eu estou colocando é que nem consta aqui.

E queria ver esse enquadramento a Fundo perdido, porque no nosso caso, entramos com financiamento, só que o Banespa colocou umas cláusulas no financiamento, que está dificultando muito as Prefeituras. E eu queria ver se é então a Fundo perdido ou retroativo a projetos de 96, caberia uma análise e um esclarecimento.

SECRETÁRIO-Então vamos ver, deliberação 4/97 de 05/09/97 do Comitê de bacia, nessa documentaçãoque entregamos a vocês está essa resolução nossa:

(Leitura da deliberação)

Passou então, tudo para 97 e a gente fez isso para poder usar a deliberação do COFEHIDRO, e ai eles aprovaram uma resolução geral para todo o Estado.

Participante- Só que nós não aprendemos ainda a mexer com isso, o que o Estado está passando hoje para aprovar o Centro de Utilidades que é um Cooperativa de catadares, só não pediram arrimo, o resto tudo já pediram...

Risos.

Em três volumes, quer dizer, é feito para não funcionar, o que a gente já conversou na Sociedade Civil é de trazer o pessoal que trabalha com os fundos que já tem tradição, o Fundo Nacional de Meio Ambiente, o PVA, que talvez seja o Fundo mais esperto desses fundos que a gente conhece, hoje, porque nós não estamos conseguindo fazer funcionar a questão dos recursos, por exemplo o órgão que tem de avaliar o nosso projeto, quando cai para Cetesb, para o Instituto Florestal a burocracia é tão violenta, que eles não conseguem entregar, e ai tínhamos de ter consultores "ad hoc" ou coisas do tipo, porque o projeto não pode ser prejudicado por uma burocracia, e eu me lembro que um projeto da Rispah quando chegou na mão de alguns técnicos os caras tiveram ataques, o sujeito pegou e teve uma crise e precisou ser internado e até hoje não conseguimos que esse projeto fosse avaliado, se vai fazer o viveiro ou não, o cara falou eu estou lotado, tenho de cuidar de todos os viveiros do Estado e ficou louco completamente, e depois passaram agora para outro, ou seja de três pernas do projeto dela só tem uma que está andando e que o Banespa está cobrando já, porque ela não está pagando sendo que nem se gastou o dinheiro ainda. É absurdo, insuportável, isso para uma Prefeitura imagine

para uma Ong, então nós de Ong vamos estar discutindo o modelo que a gente quer para os recursos, se eu me proponho a participar de um Fundo, eu tenho de defender alguns compromissos de quem vai emprestar, não perdido os recursos para o nosso trabalho de monitoramento, nós tínhamos outras fones que não a Sabesp por buscar o recurso e não podemos, é importante então porque nós não conseguimos sequer avaliar o projeto.

SECRETÁRIO-Nós identificamos vários obstáculos, e estamos tentando remover um por um o primeiro é o 8020, vamos tentar resolver, foi resolvido no COFEHIDRO, resolvemos esse o seguinte, vamos ponto por ponto, senão vamos ficar fazendo discurso contra o COFEHIDRO. Só que herdamos essa questão, a Lei, o decreto, a resolução o manual do COFEHIDRO, tudo. Temos de trabalhar, de mudar coisas na Lei, preparar o projeto, mudar o Decreto, mudar o COFEHIDRO e temos de mudar o manual, então, primeiro o 8020 e a nossa propostas é a seguinte, existe propostas que estavam na modalidade de empréstimo anteriormente, porque estavam no 8020, a propostas é mudar de Empréstimo para Fundo Perdido. Inclusive assim acho que resolve o caso de Itapecerica, e também resolve o nosso problema do ano passado, a propostas é essa, os projetos anteriormente que não foram assinados, e que possam ser enquadrados na modalidade de Fundo

perdido, que seja enquadrado para que possam andar. Alguém tem mais alguma colocação específica sobre isso? Então vamos a votação. Os favoráveis a aprovação dessa proposta permaneçam como estão e os desfavoráveis levante o braço.

Aprovado.

Tínhamos outros problemas decorrentes do decreto do FEHIDRO, um deles é que tínhamos dois órgãos técnicos um pela Cetesb e outro pelo Daee, agora passamos a ter um a Cetesb. O COFEHIDRO aprovou uma série de mudanças para encaminhar ao Governador para alterar o decreto, e ai umas delas é, primeiro definir melhor, as funções de COFEHIDRO e CRH, nós entendemos que o sistema maior de Recurso Hídricos é o CRH, e o COFEHIDRO está subordinado ao CRH, tanto que os representantes de Municípios são indicados pelo CRH, e então foram redefinidas as funções do COFEHIDRO e estabelecido também uma representação para a Sociedade Civil, do COFEHIDRO, que antes não tinha, tem também lá quatro representantes civis nesse decreto que ainda não foi assinado, esse decreto teve muitos problemas, ele foi e voltou umas cincoenta vezes. E o COFEHIDRO já aprovou que fosse aprovado nos recursos do FEHIDRO as Ong's para que a gente pudesse fazer, e isso foi para a Assessoria do Governador que entendeu que isso não poderia ser feito, porque o decreto

não poderia incluir coisas que não estavam na Lei, ai a nossa Consultoria defendeu a proposta apresentou a proposta, o Instituto Sócio Ambiental encaminho um parecer Jurídico, juntamos tudo e mandamos de novo, mas ele continuou não aceitando a inclusão com argumentos que apreciam consistente e no fim ficou assim, negociou-se com o Governador e agora o Decreto está cumprindo as formalidades legais para que ele possa ser levado a ele para assinatura, não deu propostas resolver o programa integral para as Ong's e então como vamos resolver? O que surgiu foi o seguinte, a Lei não fala claramente quais são os beneficiários do FEHIDRO, é uma falha da Lei, ela fala para que pode ser utilizado os recursos mas não fala para quem, e temos de interpretar a Lei e a que foi dada é que são citadas na Lei alguns agentes e entre elas Entidades de Pesquisa, e não esclarece como é que são essas Entidades de Pesquisas, uma Ong's que tenha nas suas finalidades e nos seus Estatutos fazer pesquisa, pode receber recursos do FEHIDRO, e muitas das Ong's já tem isso, basta que tenha também em seus Estatutos essa finalidade, se não tiver pode ser incluído, e se tiver dificuldades em instituir tem outra saída, alguns projetos do FEHIDRO felizmente já saíram e as obras estão ai e percebemos um problema que é acompanhar os planos do FEHIDRO, da execução do projeto e lá no final temos de certificar que esse projeto foi executado.

Ocorre que houve uma pulverização muito grande dos projetos, temos uns de valores pequenos, e já verificamos o trabalho que dá para aprovar um projeto desses, para um de 300 mil reais, um de 30 ou de 3 dá o mesmo trabalho, porque os fluxos passam pelos mesmos órgãos e pareceres e depois aprovando um número muito grande de projetos não temos como acompanhar isso. Aqui na bacia do Alto Tietê aconteceu assim, temos 20 bacia hidrográficas cada uma aprovando 30 projetos por ano, e os planos demoram as vezes mais de um ano, não temos estrutura para acompanhar isso. E muitos projetos versam sobre temas semelhantes, por exemplo educação ambiental, temos vários assim, e uma forma seria de juntar todos os projetos de educação Ambiental em um único, as entidades poderiam ser diversas mas com um único tomador que poderia ser uma Universidade, Uma Coordenadoria de Educação Ambiental na Secretaria do Meio Ambiente que repassaria, ou poderia ser uma Ong's que receberia e repassaria para as outras, enfim. Não vamos ter condições de ficar aprovando projetos picados, essa é a propostas e verificar quem é o melhor tomador para isso, e esse repassa para os demais, várias Ongs se reúnem discutem e apresentam um projeto único.

E também pode vir para os usuários de Recursos Hídricos, as Ong's Associações de

Usuários de Recursos Hídricos, contanto que tenham em seus estatutos que são usuários de Recursos Hídricos, também pode ser financiada, e para mudar a isso temos de mudar a Lei, a questão de Ong's é possível resolver só que temos de contornar o problema por um desses caminhos, juntando e tendo um tomador só, ou pegando as Ong's que já tenham isso nos estatutos, ou mudando os estatutos, e acho que algumas Ong's já preenchem essas condições, muitas Ong's já tem isso nas suas finalidades, é uma questão agora de se analisar caso a caso e ver como se resolve, nossa propostas é de juntar várias propostas em uma só.

Virgílio- Por exemplo, uma Ong que tenha em seu Estatuto Educação Ambiental, isso não é uma questão técnica.

SECRETÁRIO-Não, pesquisa, ou ser uma associação de usuários, ou desenvolvimento tecnológico, também. Não me parece que seja uma coisa muito difícil mudar Estatuto, de se fazer um adendo em um Estatuto.

Participante-Eu continuo insistindo, o que estamos fazendo é um "acochambrado" não é a solução, a minha Instituição tem capacidade de fazer isso, para a Sociedade Civil, tem de ser tentado um outro mecanismo que respeite a autonomia da Entidades, não dá para fazer um pedido em nome de todos, já acompanhamos algumas vezes que entrou recurso através de Universidade, e deu a maior

confusão e não consegui até hoje sair nenhum desses trabalhos, eu já falei hoje de o próprio Fundo Nacional de Meio Ambiente, ou outros que já estão acostumados a emprestar dinheiro para as Prefeituras, para Ong's e Universidades e eles já criaram uma cultura de como fazer esse acompanhamento, nós podíamos criar uma Câmara Técnica do próprio Comitê que acompanhasse esses projetos, contratando os profissionais para isso, porque se a gente fizer uma coisa só, nessa estrutura difícil do Estado, vai matar os projetos, quem se compromete a fazer um projeto que tem prazo e cronogramas, qualquer erro no fluxo do recurso, compromete e muito o desenvolvimento do projeto, eu acredito ser tentado de outra forma, louvo até essa solução mas ela não resolve, o Bonfiglio tem uma agilidade na região dele que é específica, o Helder na dele, O Virgílio, o pessoal de pesca e não dá para se fazer, apesar de todos termos Educação Ambiental, são cinco objetos completamente diferentes há especificidades e eles precisam ser respeitadas. Mudar Estatuto, Secretario, pode ser fácil, mas eu estou profundamente decepcionado pela Assessoria do Governo ter chegado a essa conclusão, porque se eu posso ocupar aqui a Presidência do Comitê estatutáriamente, hoje em estando em um cargo máximo eleito pelos meus pares, porque eu não posso encaminhar se eu sou parte do sistema, não tem sentido o que essa Assessoria

está fazendo é a questão mais burra em termos de interpretação de legislação, porque o Estado não reconhece, se o sistema funciona e é Tripartite, é deliberativo, isso é um erro político e não de interperetação. Seria um erro se fizessemos assim, temos de buscar os nosso direitos, se largamos tudo o que temos de fazer para apostar em uma política de Recursos Hídricos, não é possível não é possível que não possamos desenvolver nossos projetos nas nossas Instituições que são previstas para isso.

Virgílio- Os 83% de nossas responsabilidades que o SECRETÁRIO se referiu, tema ver com essas questões do s recursos, nós passamos mais de anos fazendo isso sem ganhar um centavo, e é do nosso bolso vamos ver se a gente resolve isso.

SECRETÁRIO-Solução tem duas, ou dentro da Lei atual, ou mudar a Lei. Existe um órgão que é a procuradoria geral do Estado, os procuradores que ingressam lá por concurso público, que é dificílimo e eles são bem remunerados, e lá as pessoas são extremamente capazes mas eles tem como objetivo, não resolver problemas políticos do Estado, mas ler a Lei e interpretar a Lei, não é argumentação política, eles estão extremamente sensíveis para a nossa argumentação, contanto que propusermos um caminho. Se houve uma falha na lei o único caminho é propor um projeto de Lei que defina isso, que é a 7663, fora isso é descobrir

um caminho que dentro da Lei atual de para resolver. A outra forma é preparar um projeto de Lei que também podemos fazer, e encaminhar para a Assembléia Legislativa, e eu só queria lembrar que até hoje não aprovamos nenhum projeto lá, encaminhado pela Secretaria de Recursos Hídricos, o nosso plano de bacia que é praticamente inócuo que não vai mudar nada que está ai, o Governo não vai se beneficiar em nada ali, fazem dois anos e três meses que está desde Dezembro de 95, que está lá e não foi votado, fica na pauta para ser votado e não é votado. O plano de bacia para não ter cara de plano encaminhado pelo Executivo foi encaminhado pela própria Assembléia, e ele foi subscrito por todos os deputados de todos os partidos da Comissão de Meio Ambiente e mais alguns que não fazem parte da Comissão, está na pauta para ser votado e a gente não consegue que seja votado, eu estou tentando fazer audiência com todas as bancadas, para ver se conseguimos empurrar o nosso programa, eu estou disposto a fazer um projeto de Lei e encaminhar para a Assembléia, agora, pelo andar da carruagem podemos nos preparar para 99, para que esse recurso seja liberado. E quando eu falo de projeto único não é para as Entidades abrirem mão de sua identidade e seus propósitos empacotar os cinco diferentes e dizer que é um projeto de Educação Ambiental com cinco capítulos, um é totalmente diferente do outro, para que a

gente possa ter um tomador único e repassando para as outras, é uma tentativa, quem vai decidir são vocês, eu proponho um caminho que acho que é o mais fácil, vamos decidir.

Participante-Eu acho que poderia quem não tem o estatuto a questão de pesquisa, ou qualquer outra coisa, encaminhar, e encaminhar também um projetinho e assim é assinado, não é por ai?

SECRETÁRIO-Nós temos quatro caminhos. Nos temos as Entidades que já tenham nos seus objetivos estatutos sociais, ou é Associação de Usuários, ou é entidade de Pesquisa, ou De Desenvolvimento Tecnológico, os projetos já podem andar e resolvem grandes problemas. O segundo caminho, as Entidades que não atendem a isso, alterarem os seus Estatutos e encaminhar, Terceiro caminho, algumas entidades encaminham juntos os projetos através de um projeto único, e Quarto fazendo um projeto de Lei, alterando o atual, e pode der tudo junto, ótimo. E eu acredito que a maioria das Entidades já atendem essa questão, o SOS, Estudo Sócio Ambiental, O Instituto de Engenharia, a BRH, várias.

Participante-Agora, o Governo quando quer aprovar alguma coisa ele consegue, eu já vi aprovarem coisas na Assembléia em duas três semanas, e eu enquanto organização, na SOS, vou começar essa campanha de pressionar o governo com articulando com a

Sociedade Civil, porque não é possível que a gente faz um esforço desse, consegue fazer o estado de SP se projetar, como sendo um dos primeiros a fazer tal esforço nos Recursos Hídricos, a gente consegue montar os Comitês e depois tem de se buscar esse tipo de saídas, que não um compromisso do Governo, a minha Assessoria Jurídica não me permite fazer isso aqui, o que a gente sente é um vacilo muito grande, nos acomodamos esse recurso estava virtualmente muito fácil e estamos fazendo agora esse encaminhamento em um terreno pantanoso, Secretario, há muita expectativa, gente que começa a duvidar de todo o processo, não podemos deixar assim. Eu vou cobrar um posicionamento do Governador em relação a isso, vamos pedir isso e gostaria de contar com todas as Ong's e que hoje aqui, encaminhassemos ao Governador de que ele interfira com urgência nesse processo, ele não pode se omitir. A gente deve recomendar aqui, que o Governador aprove isso, que a gente possa encaminhar isso aqui hoje, também fizessemos isso, para que a Sociedade Civil também tivesse a oportunidade de receber esse recurso. E ai também vamos fazer as outras vias para esse processo não ficar empacado. Pois esses recursos são recursos públicos e o Governo tem de sinalizar.

SECRETÁRIO-Esse processo tem umas trezentas, quatrocentas páginas, tentamos de todos os

jeitos, com argumentos, que defendemos a favor e temos ai todos os argumentos contrários apresentados, foi só por essa questão que até agora não conseguimos ter o novo Decreto do COFEHIDRO. O Governador Mário Covas respeita a sua Assessoria Jurídica, temos aqui Prefeitos que sabem das dificuldades que a gente tem quando se há uma interpretação, esbarra em Leis, as jurídicas e essas não se pode ultrapassar infelizmente por uma simples decisão política, muitas vezes os obstáculos acabam sendo intransponíveis, nesse caso encontramos fórmulas para ultrapassá-los, mas se a decisão é de encaminhar um projeto de Lei vamos a isso, eu tenho certeza que o Governo vai dar o seu apoio, agora não basta isso, é importante a Sociedade Civil para levar o seu apoio na Assembléia, os prefeitos se articularem com suas bancadas, porque quando os projetos batem lá sendo de autoria do Executivo sempre há o pressuposto que isso é para atender o Executivo a algum benefício, tanto eu que disse que até hoje não aprovamos nenhum projeto e estamos no quarto ano de Governo. Eu assumo minha incompetência da aprovação desses projetos na Assembléia. E eu conto ai com a Sociedade civil para nos ajudar, e principalmente o da agência de bacia que vai nos ajudar muito, e fazer andar o de cobrança do uso da água, isso é importante.

Eu sugeriria que na nossa Câmara Técnica de planejamento, fazermos uma reunião específica com todos os projetos do FEHIDRO, pegarmos a Secretaria Executiva deles e nossa equipe de apoio e verificarmos quais são os entraves que estamos tendo, talvez analisando caso a caso podemos ver onde a roda está pegando, porque falaremos genericamente que os projetos não saem, tem problemas dos mais diversos, por exemplo o o primeiro comitê de bacia que foi beneficiado com recursos foi o de Piracicaba, e ele tinha três projetos, e só no final de 97 é que conseguimos assinar os de 94, lá teve um problema que eles não conseguiram o Cnd atualizado do Inss e por Lei isso inviabilizava tudo, porque não dava para assinar um convênio de repasse sem os documentos exigidos, em americano e Campinas tinham um rolo desse tipo, alguma certidão que não saia, um deles era em modalidade de empréstimo e extra limite, e dependia de aprovação do Senado, temos vários casos assim que precisam chegar ao Senado e são valores pequenos, quer dizer não faz sentido. Agora com essa possibilidade de se usar o Fundo Pedido vamos simplificar muito, o novo manual do FEHIDRO também simplificou muitas coisas, o Banespa agora restringiu a documentação ao mínimo que é possível por Lei, hoje.

Participante- A última que o Banespa inventou é que eu tenho de pagar primeiro para ele, para depois

ele liberar o dinheiro, e fiz a maior briga, e eles concordaram, que eu mandasse uma carta, dizendo que eles podem descontar para eles me liberarem a diferença.

SECRETÁRIO-É o Governo federal nos atrapalhando.

Participante-Vai custar, viu.

SECRETÁRIO-Agora temos uma proposta para os recursos de 98.

Gerôncio-Ele é um pouco semelhante ao de 97 na estrutura mas tem diferenças. Se trata de critérios gerais para a distribuição dos recursos de 98. Primeiro dá preferência a três programas de duração continuada, que é o de Planejamento e Gerenciamento, o de Conservação e Contenção de Mananciais e o de Prevenção e Defesa Contra Inundações, para se canalizar o máximo de projetos nesses três Pdc's. O segundo critério da preferência, aos projetos que proporcionem algum benefício algum benefício regional e terceiro que é idêntico ao ano passado, prefere projetos que proporcionem a Racionalização do Uso e Economia de Água, promova o Saneamento coma participação da Comunidade. Seria a primeira categoria de critérios gerais, aqui na página anterior projetos que promovam Educação Ambiental. Então uma propostas para esse ano seria um terço para a elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos no período de 2000-2003, que está no PDC 1 Planejamento e Gerenciamento

dos Recursos Hídricos e os outros dois terços divididos pelas cinco sub regiões. Depois disso cada Entidade tem direito a um pedido de financiamento, onde os pedidos vão ser analisados pela Câmara Técnica e há uma propostas de critério de hierarquização que vocês receberam semelhante ao ano passado. E por fim, que as solicitações de financiamento deveriam chegar, até 30 de Abril, para dar o mínimo de tramitação assinado em Junho porque depois disso não é mais possível pela Lei eleitoral, até lá são 40 dias, e precisa de divulgação no Diário Oficial. O recurso para esse está na ordem de R$ 2,5 mil. Tem um quadro mais atualizado aqui, que está com vocês, é R$ 2.048.000,00 porque essa deliberação é recente de 3, 4 dias, a anterior era uma estimativa. E ai dá R$ 2,973 mil só que disso ai, tem dois projetos que estão comprometidos, um da Sabesp, aprovado em 96 para o Juqueri, no valor de R$ 300 mil, outro o MDV aprovado de R$ 40 mil, eu não fiz as contas mas dá R$ 2,5 a 2,6 mil. Essa e a proposta de distribuição.

SECRETÁRIO-Eu acredito que possamos ir discutindo e deliberando por blocos. Só uma coisa quando se fala que é um terço para o PDC 1 para o plano de bacia, eu não queria deixar exclusivamente para isso, porque ocorrer que o Plano de bacia custe menos que um terço, então seria que aquele um terço ficaria para a bacia como um todo, para o PDC 1

preferencialmente para aplicação no Plano de bacia, pode ter um saldinho para se usar para outras coisas. Na realidade o trabalho está passando pelos subcomitês para eles deliberarem, e a viabilização fica para a Câmara Técnica de planejamento.

Miqueli-Mas isso fica para o subcomitê ou para o Comitê ?

SECRETÁRIO-Na realidade, no subcomitê, está certo. Porque na verdade um terço geral já está reservado para o Comitê de bacia, plano de bacia, e se sobrar recursos depois podemos voltar e aprovar alguma coisa.

São os subcomitê que vão aprovar isso e se nós aprovarmos estamos dando diretrizes e quem vai receber os projetos e fazer a viabilização são os subcomitês.

Gerôncio-Os 2/3 estão divididos nas cinco subregiões, e eu imagino que o trâmite ai em cada subcomitê é ele acolher os projetos para cada região, ver se estão adequados.

SECRETÁRIO-Descuple, mas os próprios subcomitês já podem resolver os problemas lá, depois mandam para nós.

Gerôncio-Inclusive também porque está se aprovando aqui os critérios de pontuação.

SECRETÁRIO-Eu pessoalmente acho complicado comprara um projeto de uma subbacia com o de outra, acho melhor que se estabelecer que é 2/3 para os subcomitês equitativamente o recurso vai lá e o Comitê dá a diretriz, faz

critérios. Inclusive a pontuação pode ser sugerida para o subcomitê mas se ele quiser alterar também pode. Como diretriz.

Depois as Secretarias executivas dos subcomitês vão receber os projetos do FEHIDRO vão acompanhar, e hoje essa questão do FEHIDRO está centralizada, quem recebe e prepara tudo são os Comitê de bacias, só quando os projetos já estão totalmente pontos é que vai para o FEHIDRO, nós podemos fazer tudo pelo subcomitê e somente no Comitê quando já estiver pronto ai descentraliza e vocês vão sentir na pele o que é prepará-los.

Risos.

Então a propostas é primeiro em vez desse recurso ficar para o PDC 1 para uso de bacia seria preferencialmente para o uso da bacia, dois terços para os subcomitês distribuídos igualitariamente enter os cinco, diretriz foi a que foi apresentada, de recursos para esses PDC's citados, PDC 1 o de Controle de Enchente, etc, obrigatoriamente os programas teriam de ser nesses PDC's ai os projetos vão ser encaminhados para os Comitê de bacia e os subcomitê de bacias vão receber, fazer o enquadramento, a hierarquização e a seleção e a pontuação aqui é sugerida, não é obrigatória. Os que forem então favoráveis a

essa proposta permaneçam como estão e os contrários levantem o braço.

Está aprovado.

Olha e aqui tem muitos projetos anteriores, todos falam que o Estado demora, demora e o Daee tem uma recomendação hoje de que qualquer projeto que seja encaminhado eles tem 15 dias para se manifestarem e está se manifestando nesse prazo, mas em muito projeto que chega e tem falta de documentação, tem etapas que não vem esclarecidas questões adequadamente, e seria importante fazer então uma reunião da Câmara Técnica de planejamento para pegar projeto por projeto o que aconteceu e tem outros projetos aprovados que o proponente demora como foi o caso da Sabesp que demorou dois anos para apresentar o projeto, tem de tudo e depois o Estado leva flecha porque os contratos não são assinados.

Francisco Rocha- Um projeto pode ser convertido?

Participante/Ele pode ser reenquadrado.

SECRETÁRIO-Sim, pode ser reenquadrado na Sabesp, na Prefeitura, todos podem.

Bem nós temos um pedido da Câmara Técnica de Quantidade e Racionalização de Usos para fazer uma apresentação, um pedido do Helder a respeito do Sistema Produtor do Alto Tietê e eu gostaria de consultar os presentes se estendemos a reunião ou deixamos para a próxima.

Participante-Na verdade a Câmara Técnica observou que não vai mais dar tempo de fazer a apresentação, nos deliberamos na última reunião do dia 11, que deveríamos encaminhar um documento prévio para a Secretaria Executiva para o Comitê e já encaminhados dois projetos aprovados por nós, para que seja implantando efetivamente, mas acho que os presentes já conhecem os dois programas que é o de Perda e Uso racional da Água, e gostaria de pedir para ler o documento.

SECRETÁRIO-Mas vamos ver se continuamos nossa reunião porque já cumprimos a pauta, se convocamos uma extraordinária ou se deixamos para uma outra.

Pref. Maria Inês (Ribeirão Pires – Presidente subcomitê Bilings)-Eu quero dar um informe que no próximo dia 26, as 14:00 Hs nesse Auditório vamos realizar o Seminário proposto pela Sociedade Civil, na nossa Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, o tema é, Sistema Estadual de Gerenciamento e Recursos e seus Instrumentos de Planejamento e Gestão, com a presença da Secretaria do Meio Ambiente, com a Stela Rubstein, e a Secretaria de Recursos Hídricos como nossos Secretaria Hugo Rosa.

SECRETÁRIO-E vamos ser se até lá sai o decreto regulamentando e a gente possa fazer uma apresentação.

Participante-O Governador teve uma reunião com os Prefeitos da Câmara do Abc e a Assessoria do Governador se comprometeu a entregar o texto segunda ou Terça e ele imediatamente assina.

SECRETÁRIO-Por isso que eu falei, vamos ver se está pronto. Bem agora temos Helder, depois Virgílio, é isso?

Helder- O assunto é o Sistema Produtor Alto Tietê. Eu estanhei quando recebi o convite da audiência pública, realizado em Mogi das Cruzes, porque uma deliberação desse Comitê em 11/11/96, aprovou que a ação a curto prazo seria a ampliação do Sistema Produtor Alto Tietê, através do aproveitamento das águas já regularizadas no reservatório de Fonte Nova, etc. No canal de interligação Tietê – Taiasé que está sendo executada. E no Item C falava de avaliar a luz do resultado do censo do ano 2000 do comportamento da evolução da demanda e os resultados das ações de cursos prazo a necessidade de novas ampliações no Sistema, priorizando se necessária a utilização do potencial hídrico remanescente do Alto Tietê decorrentes da regularização dos Rios Biritiba e Paraitinga.

Isso foi aprovado e publicado em Diário Oficial 07/01/97. Eu não soube de mais nenhuma deliberação deste Comitê referente ao Sistema Produtor Alto Tietê, então eu que votei nessa deliberação, considero que está sendo a revelia do próprio Comitê as obras já estão

marcadas e o Comitê não está sabendo disso e eu proponho que se marque uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente do assunto Sistema Produtor Alto Tietê no Comitê, e que o Consema também acate as deliberações do Comitê, o subcomitê cabeceiras está também a revelia, dos Condemas das região, eu quero uma explicação sobre esse atropelamento do encaminhamento.

SECRETÁRIO-Vou fazer uns esclarecimentos. Primeiro o Plano Metropolitano de Água, apresentado pela Sabesp, tanto no Consema como no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, foi um plano emergencial em função do rodízio de água na região metropolitana e em função da meta de se atender 100% da população da região Metropolitana com 100% de água, e o horizonte do Plano de água no ano 2000, o programa na verdade vocês vão lembrar está impresso, já tem várias edições, e o horizonte do Plano era 2000 porque era emergencial, e lá não se incluiam as obras de Biritiba e Paraitinga porque não se sabia se estariam prontos até lá e nesse horizonte não havia necessidade disso para o abastecimento público, mas essas obras são necessárias por duas razões, primeiro, para controle de enchentes, elas estão dentro do financiamento Japonês junto com o Rebaixamento da calha do Tietê, porém são barragens, e eu gostaria de lembrar que essas obras se referem aos

últimos mananciais disponíveis na Região metropolitana de SP na bacia do Alto Tietê e se não fizermos agora essas barragens, a tendência é haver ocupação, e eles são os últimos disponíveis e com certeza vamos precisar deles no futuro, até porque não sei até quando tempo vamos conseguir continuar trazendo os 33 metros do Piracicaba. Agora, isso é uma discussão longa.

E gostaria de dizer o seguinte, eu recebi do Sr. Helder um questionário com 102 perguntas sobre essa questão, algumas delas ofensivas, como por exemplo, se os agentes públicos responsáveis pela obra, farão declaração de bens. A minha é feita e entregue para o Imposto de Renda e publicada no Diário Oficial, como do presidente da Sabesp, tem uma Lei que obriga todos os agentes públicos a entregarem suas declarações de bens e esse tipo de pergunta não conduz a nada. Tem outras perguntas do mesmo tom, mas suas respostas estão prontas. Esse tema se o Comitê deseja discutir a questão podemos trazer a discussão aqui.

Helder- Retornando na reunião de 11 de Novembro, eu questionei o sr. pessoalmente e o que estávamos deliberando eram as construções da barragem e o sr. me garantiu que não era.

SECRETÁRIO-De fato não era. Existe um programa elaborado pela Sabesp onde essas barragens não faziam parte do programa, você não vai encontrar em nenhum lugar uma referência a

isso, ele era elaborado com horizonte do ano 2000 e ai não era necessária a água dessas barragens, mas serão para futuro próximo.

Helder- Não é isso o que está sendo discutido, nem o que estamos levantando aqui, Plano é uma situação, Termo de Referência é outro, Fundo de Impacto Ambiental outro, se houve uma deliberação do Comitê e o sr. falou que a gente pode mudar a deliberação tendo outra deliberação, aqui é uma Assembléia, é que não houve nenhuma deliberação.

SECRETÁRIO-Concordo, não houve.

Helder- É a questão de prejuízos que não estão sendo colocados no grau devido no estudo de impacto ambiental dos Municípios, principalmente o de Salesópolis, essa questão tinha de ser discutida mais amplamente, não pode ser atropelado só porque é um processo do Governo Japonês, e deixar principalmente o Municípios de Salesópolis, sofrendo todas as consequências de uma barragem, que já passamos por esse processo na construção da barragem de Fonte Nova, que até hoje não se resolveu o problema fundiário lá, teve gente, que recebeu apenas R$ 3,00 no ano passado. São coisas complicadíssimas.

SECRETÁRIO-Esse assunto não dá para discutir em três minutos...

Helder- eu já sugeri que se faça uma reunião extraordinária do Comitê, porque o assunto é complexo.

SECRETÁRIO-O sr. tem frequentemente dito inverdades sobre esse processo, não existe nada a ver o procesos de agora de construção de barragens com o que aconteceu a vinte anos atrás, naquela época houve problemas de desapropriações era uma outra realidade do país, outra legislação...

Helder- E eu não quero que volte isso agora.

SECRETÁRIO-quem recebeu R$ 3,00 foi coisa acontecida a vinte anos, precisa dizer que primeiro precisa saber o que foi pago antes, isso do ano passado é resultado de parcelamento de oito anos, decorrentes da devolução de 88 do saldo devedor que havia em 88, se foi pago isso uma das hipóteses é que tenha sido pago quase tudo antes.

Existe uma diferença fundamental do que está acontecendo hoje do que aconteceu naquela época, era lá dado emissão de posse sem pagamento sem acordo sem nada. Hoje, a orientação é fazer o máximo possível de acordo, e 80% dos casos tem sido assim, e o depósito integral é feito antes da emissão de posse. A segunda é que não havendo acordo, o Juiz nomeia um perito que arbitra um valor e o Daee tem de fazer um depósito, de 80% daquele valor, e fica-se discutindo os 20% restante, e no passado também se exigia

documentação completa para efetuar os pagamentos, agora está sendo considerados os casos que a pessoa que mora e está lá, a cincoenta anos não tem uma documentação completa, estão sendo considerados os direitos possessórios, então não há nenhuma interelação com o que ocorreu lá atrás e o que já foi feito não está havendo trauma nenhum, e está sendo feita a obra de interligação, assim como não haverá nas barragens. As pessoas não são as mesmas de vinte anos atrás. Agora, acho que isso temos de tratar em uma reunião específica. Se isso vai ser colocado em pauta é o subcomitê que decide, não somos nós que decidimos, o subcomitê instalado vão encaminhar esse assunto. Então vamos colocar em pauta na nossa próxima reunião das Barragens do Alto Tietê.

Helder- Ele sendo colocado na próxima reunião, existe todo um procedimento que está sendo executado, a revelia do próprio Comitê, eu quero saber se vai ser suspenso esse procedimento, a nível recursivo ou vai aguardar uma deliberação do Comitê.

SECRETÁRIO-Não precisa, não existe uma necessidade de definição do Comitê, mas se ele deliberar será levado em consideração.

Participante-O empreendedor apresentou um projeto que está dentro do processo normal de licenciamento, qualquer Comitê ou subcomitê que queira apresentar a sua manifestação, vai

ter levado em consideração no processo de licenciamento.

Helder- Eu não estava me referindo ao processos de licenciamento em si. Mas ao processo de licitação da obra.

SECRETÁRIO-Não há necessidade de se fazer licitação de obra e ter aprovação prévia do Comitê, nenhuma obra hoje feita na Região Metropolitana teve a aprovação do Comitê. Tivemos uma por iniciativa da Sabesp. Por exemplo, no licenciamento ambiental da Obra da calha, foi levado em consideração a manifestação do Médio Tietê, que fez uma série de recomendações, isso podemos fazer aqui, e levar as recomendações. Bem Sr. Virgílio.

Virgílio- Vocês lembram que no início do processo de revisão da Lei dos Mananciais, esse subcomitê criou uma Câmara Técnica para acompanhar a elaboração da Lei. Tinhamos seis pessoas do nossos Comitê, e a gente colocava que não dava para revisar a Lei sem que houvesse a contenção de alguma forma de novas ocupações. E dessa discussão resultou em uma recomendação, 001/96, que eu quero acreditar que seja isso aqui o Plano Integrado de Fiscalização das Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de SP. Desde 77 está se discutindo esse Plano, foi primeiro com um Plano emergencial e depois agora o anúncio desse Plano, e a gente sabe que isso é fundamental para a vida no restante dos

Mananciais da região Metropolitana, nesse documento elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente, é um convênio, de Sabesp, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Licenciamento Ambiental, CETESB, SRH, e esse plano ficou e a coisa está feia. A gente sabe que os recursos vem da Sabesp e nós já cobramos várias vezes, o que eu queria saber, Sr. Secretario é onde está o X que faz com que essas coisas não caminhem, é dinheiro? Para que esse Plano fosse implementado o mais rápido possível, não dá para colocar técnicos para ficarem um ano inteiro elaborando um Plano e ele ficar no papel e os Mananciais estarem sendo destruído.

SECRETÁRIO-Não é a falta de dinheiro não. O convênio demorou por várias razões mas finalmente foi assinado no final do ano passado. Nós temos dois problemas atuais. Primeiro, uma limitação de contratação de gente, porque existe uma Lei, Kamata, que estabelece um imite para os Estados e Municípios de despesa com pessoal, o Estado vinha caminhando para obedecer essa Lei, na ordem de 61% o ano passado, e ela estabelecia 60 com a média deste ano, e tínhamos no orçamento desse ano a previsão de que isso acontecesse, ocorre que com a crise asiática, e a alta de juros, tivemos uma queda grande de arrecadação no Estado, nos primeiros meses do ano, nesses primeiros anos o Estado arrecadou menos que o valor nominal do ano passado, então aqueles

indices de 60% ficou comprometido para esse ano, e não há possibilidades nesse momento de contratação de pessoal. O segundo problema é que a Fiscalização para funcionar precisa ter poder de polícia, não basta colocar uma pessoa em qualquer lugar, é possível terceirizar mas a pessoa precisa ter poder de polícia, não estou dizendo que isso seja insolúvel, estamos tentando contornar, o convênio está assinado e a Sabesp disponibilizou o recursos.

Participante-Através de discussão com a Assessoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente e com as áreas Administrativas nós encontramos finalmente formas de contornar esse tipo de problema. E estamos prontos para receber o recurso e dar andamento, enfim aos trabalhos.

Risos.

Virgílio- Está resolvido então.

Participante-Isso foi debatido e esse tipo de dificulfade obrigou a gente ir e vir com o processo durante muito tempo, se debatendo com o parecer do tribunal de Contas do Estado que considerava que a contratação de pessoas não pode ferir a lei Kamata em cada um dos órgãos do Estado, inclusive se a pessoa tenham renda própria, para contornar a gente demorou muito tempo.

Participante-A gente decidiu que como talvez tivesse de fazer uma apresentação breve dos projetos que aprovamos para colocar em aprovação nessa plenária, então a gente acha que devia colocar na extra, que vai ser convocada para debater esse outro com a aprovação dos dois projetos, o que o sr. acha?

SECRETÁRIO-Eu acho que não adianta fazer uma apresentação de dois minutos é melhor deixar para a próxima.

Eu só queria antes de encerrar voltar na solicitação feita pelo Helder. Esse assunto das barragens antes de vir para o Comitê seria importante que as Câmara Técnica analisassem a questão, para não chegar com o assunto cru e debatermos por muito tempo. O subcomitê também, mas ele tem processo descentralizado ele pode colocar na sua pauta, discutir e encaminhar. Acho que tem duas Câmara Técnica envolvidas a de Macro Drenagem, e a de Quantidade, no sentido de se garantir essa reserva para o futuro. Basicamente esses dois temas. E eu queria insistir que essas barragens estão nos programas de recursos Hídricos da bacia do Alto Tietê desde a década de 70, ou talvez até antes disso que os planos do Saturnino de Brito previam essas reservações do Alto Tietê era esse assunto não é novo, mas está sendo concluído agora e ele foi decidido lá atrás. E eu queria repetir uma coisa que eu disse na Audiência Pública, a decisão de fazer essas

reservações, foi tomada pela Sociedade paulista através da Assembléia Legislativa, quando aprovou a lei de proteção de mananciais na década de 70, porque os Municípios de Salesópolis e Biritiba, foram incluídos na área de proteção, em função das bacia do Paraitinga e do Biritiba Mirim, se não se cogitasse na época de fazer barragens essas bacias não teriam sido incluídas, não teria sentido. E esses Municípios que tiveram restrições ao uso do solo e eventualmente até ao seu desenvolvimento, desde 75-75 acontece, não é novo. E isso foi também uma grande luta do Movimento Ambientalista de então, a decisão de barragens é uma decisão na realidade de 25 anos atrás, foi consagrada a 25, e tomada a muito tempo antes. E fica parecendo que é uma loucura que o Governo resolveu fazer a toque de caixa duas barragens. E até por conta disso que as barragens foram incluídas no Plano de Financiamento Japonês senão não teriam sido, só porque tem o financiamento Japonês vamos construir as barragens, não é isso gente, e esses são os últimos Mananciais da Região Metropolitana, não se precisa dizer a importância disso e não sei se podemos nos dar ao luxo de perdermos nossas duas últimas reservas.

Participante-Inclusive foi aprovado antes de haver dimensão de bacia, quantos metros cúbicos dá essas duas barragens?

SECRETÁRIO-Dá 1.7 uma, dá mais uns quatro, cinco metros.

Helder- Eu concordo com o sr. só queria falar, é um assunto que se refere agora ao Secretário e a Sabesp, rapidinho. Está em processo de licenciamento ambiental, a estação de tratamento de esgotos de Remédio e Vl. Dos Braganças lá de Salesópolis, e a Sabesp não pode fazer a obra enquanto não tiver a licença, já'foi dada a entrada no dia 16/09/97 e eu gostaria que fosse visto esse processo de licenciamento, porque já tem dinheiro, já tem tudo, é um processo de saneamento ambiental lá da nossa cidade.

SECRETÁRIO-Muito obrigado agradeço a presença de todos até a próxima.

***